



Ofício nº 374/2025-DL

Pato Branco, documento datado e assinado digitalmente.

Senhor Prefeito,

Encaminhamos a Vossa Excelência a redação final dos projetos de lei abaixo relacionados, aprovados por este Legislativo nas sessões ordinárias dos dias 8 e 10 de setembro de 2025:

1 - PROJETO DE LEI Nº 81, DE 29 DE ABRIL DE 2025, de autoria da vereadora Anne Cristine Gomes da Silva Cavali - PSD, que dispõe sobre a obrigatoriedade da divulgação do contato do serviço de resgate social nos estabelecimentos comerciais e em pontos estratégicos do município de Pato Branco.

2 - PROJETO DE LEI Nº 98, DE 13 DE MAIO DE 2025, mensagem nº 26/2025, que altera os Anexos I e II da Lei nº 4.742, de 29 de fevereiro de 2016, para transferir a Seção de Emissão e Controle de Alvarás da estrutura da Secretaria de Administração e Finanças para a estrutura da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, e dá outras providências.

3 - PROJETO DE LEI Nº 101, DE 14 DE MAIO DE 2025, de autoria do vereador Rodrigo José Correia - União Brasil, que dispõe sobre o fornecimento gratuito de repelente contra o mosquito *Aedes aegypti* nas escolas municipais e Centros Municipais de Educação Infantil - CMEIs.

Atenciosamente,

(assinado digitalmente)
Lindomar Rodrigo Brandão
Presidente

A Sua Excelência o Senhor
Geri Natalino Dutra
Prefeito Municipal
Pato Branco – Paraná



Rua Arariboia, 491, Centro - 85501-262 - Pato Branco - Paraná



(46) 3272 - 1500



<http://www.patobranco.pr.leg.br> / legislativo@patobranco.pr.leg.br





PROJETO DE LEI Nº 81, DE 29 DE ABRIL DE 2025.

Dispõe sobre a obrigatoriedade da divulgação do contato do serviço de resgate social nos estabelecimentos comerciais e em pontos estratégicos do município de Pato Branco.

Art. 1º Fica obrigatória a divulgação do número de telefone ou canal de atendimento do serviço de Resgate Social, destinado ao acolhimento e atendimento de pessoas em situação de rua ou em condição de vulnerabilidade social.

Art. 2º A divulgação do serviço de resgate social deverá ser realizada por meio de:

I - fixação de placas informativas, redigidas em linguagem simples e acessível, em locais estratégicos, tais como:

- a) praças públicas;
- b) terminais de transporte coletivo;
- c) entradas de órgãos públicos;
- d) unidades básicas de saúde e escolas da rede municipal.

II - distribuição de panfletos informativos nos seguintes estabelecimentos:

- a) supermercados;
- b) farmácias;
- c) padarias;
- d) postos de combustível;
- e) restaurantes e lanchonetes;
- f) demais comércios com grande circulação de pessoas.

Art. 3º O material informativo deverá conter, obrigatoriamente:

I - o número de telefone do serviço de resgate social, com funcionamento ininterrupto (24 horas por dia);

II - a identificação do órgão responsável pelo serviço (Secretaria Municipal de Assistência Social);

III - instruções objetivas sobre como e quando acionar o serviço;

IV - código QR (QR Code) que direcione ao acesso digital do serviço.

Art. 4º Os estabelecimentos comerciais mencionados no inciso II, do art. 2º desta Lei, deverão colaborar com a divulgação, disponibilizando os panfletos em balcões ou outros locais visíveis ao público.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor no prazo de quarenta e cinco dias, a partir da data de sua publicação.

Esta lei é originária do projeto de lei de autoria da vereadora Anne Cristine Gomes da Silva Cavali - PSD.





PROJETO DE LEI Nº 98, DE 13 DE MAIO DE 2025.

Altera os Anexos I e II da Lei nº 4.742, de 29 de fevereiro de 2016, para transferir a Seção de Emissão e Controle de Alvarás da estrutura da Secretaria de Administração e Finanças para a estrutura da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, e dá outras providências.

Art. 1º Fica transferida a Seção de Emissão e Controle de Alvarás, atualmente vinculada à estrutura administrativa da Secretaria Municipal de Administração e Finanças, para a estrutura da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, com a consequente alteração dos Anexos I e II da Lei nº 4.742, de 29 de fevereiro de 2016.

Art. 2º Fica alterado o Anexo I, da Lei nº 4.742, de 29 de fevereiro de 2016, passa a vigorar com a seguinte redação:

“ANEXO I
ESTRUTURA ADMINISTRATIVA E DE CARGOS COMISSIONADOS

| UNIDADE ADMINISTRATIVA | CARGO | SÍMBOLO |
|---|------------|----------|
| SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO | SECRETÁRIO | SUBSÍDIO |
| SEÇÃO DE EMISSÃO E CONTROLE DE ALVARÁS | CHEFE | CC13 |

(NR)”

Art. 3º Fica alterado o Anexo II, da Lei nº 4.742, de 29 de fevereiro de 2016, em relação à Secretaria de Desenvolvimento Econômico, passando a vigorar com a seguinte redação:

“ANEXO II
ORGANOGRAMA





Secretaria de Desenvolvimento Econômico



(NR)

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.



Rua Arariboia, 491, Centro - 85501-262 - Pato Branco - Paraná



(46) 3272 - 1500



<http://www.patobranco.pr.leg.br> / legislativo@patobranco.pr.leg.br





PROJETO DE LEI Nº 101, DE 14 DE MAIO DE 2025.

Dispõe sobre o fornecimento gratuito de repelente contra o mosquito *Aedes aegypti* nas escolas municipais e Centros Municipais de Educação Infantil - CMEIs.

Art. 1º Fica obrigatório o fornecimento gratuito de repelente contra o mosquito *Aedes aegypti* nas escolas da rede municipal de ensino e nos Centros Municipais de Educação Infantil - CMEIs.

Art. 2º O fornecimento dos repelentes será destinado ao uso diário dos alunos e servidores das unidades educacionais mencionadas no art. 1º desta Lei, como medida preventiva contra doenças transmitidas pelo *Aedes aegypti*, como dengue, zika vírus e chikungunya.

Art. 3º A distribuição e aplicação do repelente deverão observar os seguintes critérios:

- I - o produto deverá possuir registro na Agência Nacional de Vigilância Sanitária -ANVISA;
- II - deverá ser, preferencialmente, em formato spray, de fácil aplicação e com formulação antialérgica;
- III - deverá respeitar as orientações específicas de uso por faixa etária e eventuais restrições médicas.

Art. 4º Compete ao Poder Executivo, por meio da Secretaria Municipal de Saúde, em parceria com a Secretaria Municipal de Educação:

- I - adquirir os repelentes em quantidade suficiente para atender a demanda das unidades escolares;
- II - orientar os profissionais da educação sobre a aplicação segura do produto;
- III - promover campanhas educativas sobre prevenção e combate ao *Aedes aegypti* nas unidades escolares.

Art. 5º Os responsáveis legais pelos alunos deverão ser previamente comunicados sobre a aplicação dos repelentes e poderão manifestar oposição por escrito, se assim desejarem.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor no prazo de quarenta e cinco dias, a partir da data da sua publicação.

Esta lei é originária do projeto de lei de autoria do vereador Rodrigo José Correia - União Brasil.





VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 1D0B-C00F-2F8C-A16D

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



LINDOMAR RODRIGO BRANDÃO (CPF 052.XXX.XXX-01) em 10/09/2025 18:00:04 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://cmpatobranco.1doc.com.br/verificacao/1D0B-C00F-2F8C-A16D>